

Relatório da reunião do Grupo de Trabalho sobre Espécies Bênticas Zonas VIII e IX Terça-feira, 5 de abril – Soto del Barco

Serge Larzabal, presidente do grupo de trabalho, deu início à reunião com um agradecimento aos participantes e em particular aos representantes das administrações nacionais, assim como a Ursula Krampe, representante da Comissão Europeia. A ordem de trabalhos e o relatório da reunião anterior foram validados por unanimidade.

1. Gestão da enguia

Chloé Pocheau (Secretariado do CC Sul) relembrou as fases da redação do projeto de parecer e o novo prazo acordado pela DG MARE: até 10 de maio de 2022. Foram elaboradas propostas de modificação pelo setor francês, tendo sido dada a palavra a Marie Lecompte (CNPMEM) para as apresentar.

Marie Lecompte passou em revista o conjunto de modificações e o desejo da parte francesa em chegar a um consenso. Segundo a mesma, o parecer do CIEM é apenas uma reformulação que não implica a degradação da população. O CNPMEM relembrou o considerável valor económico desta espécie para a pesca artesanal e a sua importância para os respetivos territórios no 2º parágrafo. Depois de o setor francês expressar que não é correto considerar que as medidas de repovoamento são ineficazes, importa destacar o propósito, tendo em conta a falta de consenso científico. Em conclusão, o CNPMEM relembrou que a pesca é o único setor que alcançou os seus objetivos, sendo que não é justo condená-los agora ao desaparecimento. Por fim, um ponto foi sujeito a debate: uma adição para lembrar a escala de gestão adequada para a enguia, a bacia hidrográfica. Manu Kelberine (CRPMEM Bretagne) confirmou que considera que se tiverem de ser efetuadas paragens, tal deve ocorrer apenas a esta escala. No entanto, para Maria-José Rico (FECOPPAS), assim como para Santiago Folgar Gutierrez (AVOCANO), não deve ser considerada qualquer paragem, sendo que nenhum relatório científico garante um retorno da espécie devido a este tipo de medidas, adicionar este parágrafo ao parecer poderia dar origem a confusão. O setor francês aprovou que seria um risco e não se opôs a retirar esta posição do parecer. O grupo de trabalho validou, por unanimidade, a retirada do parágrafo sobre a gestão por bacia hidrográfica do projeto de parecer.

Raul Garcia (WWF) expressou depois a posição das ONG ambientais, que consideram o facto de se preverem medidas de paragem da pesca um fracasso. Referiu que pretende consultar os seus colegas relativamente à questão para considerar as novas propostas e a adoção de um parecer mais consensual, no entanto, será difícil chegar a acordo quanto à questão da paragem da pesca. Acrescentou que continua a ser necessário que os Estados-Membros se dediquem à restauração dos habitats. A intervenção de Raul Garcia abriu o debate sobre a paragem ou não da pesca à enguia, Maria José Rico (FECOPPAS) relembrou que os recrutamentos no Atlântico são os melhores da Europa, pelo que é injusto penalizar as frotas,

sendo que devem ser estudados e considerados muitos outros parâmetros. João Pereira (Administração portuguesa) acrescentou que apesar do rigoroso controlo em Portugal e da paragem da pesca lúdica, a população registou uma redução, a pesca furtiva é um problema essencial, sendo que considera que se deve manter a pesca, mas reforçar ainda mais o controlo, com um acompanhamento científico. Por fim, Marie Lecompte (CNPMEM) especificou que a pesca foi reduzida em 60% e que atualmente os bifenilos policlorados (PCB) são responsáveis pela morte de 400 toneladas de enguias, ou seja, mais do que o conjunto da pesca espanhola, portuguesa e francesa juntas. São necessários mais elementos científicos antes de se tomarem decisões relativas a paragens, é tempo de obter os últimos resultados. Raul Garcia (WWF) tomou a palavra, especificando que se deve considerar o setor como aliado relativamente ao tema e que é necessário estudar todo o espectro de possibilidades, estando previstas numerosas medidas. Citou como exemplo a paragem da pesca lúdica, o que no entanto faz reagir os representantes do setor, que consideram que tal medida, se necessária, deve ser estudada e justificada antes de ser implementada.

Na sequência destas interações, o parecer será novamente transmitido a todos os membros para consulta por escrito.

2. Capturas acidentais de cetáceos

Hélène Renault (Administração francesa) deu início à sua apresentação relembrando o contexto: desde 2016 que se verifica o aumento de encalhes de golfinhos comuns com indícios de captura por artes de pesca nas costas atlânticas. Foi criado um grupo de trabalho nacional que reúne o conjunto de intervenientes para tentar determinar medidas de gestão. Implementou-se o primeiro plano de ação no inverno de 2020-2021, concluído no inverno de 2021-2022. No entanto, a recomendação conjunta proposta pelo Grupo de Estados-Membros do Sul foi considerada insuficiente pela Comissão Europeia e o trabalho prossegue.

Hélène Renault passou em revista as medidas e os projetos desenvolvidos em França:

1. obrigação de declaração desde 2019, com vista a melhorar os conhecimentos;
2. acompanhamento dos encalhes de cetáceos através de uma publicação bimensal e da implementação de uma rede nacional de encalhes, nomeadamente a cargo da PELAGIS;
3. reforço das observações embarcadas, este ano também na rede de cerco dinamarquesa;
4. o projeto OBSCAME, que implementou câmaras embarcadas em 5 navios de pesca com rede em 2021, irá fazê-lo em 15 navios de pesca com rede suplementares;
5. sobrevoos aéreos, sendo que os primeiros resultados demonstram que relativamente a 2012 a distribuição da população de golfinhos é mais difusa, mas mantém-se;
6. o projeto DELMOGES, que visa melhorar os conhecimentos sobre o golfinho comum (dinâmica da população, alimentos, habitats, etc.) e as interações com a pesca;
7. os *pingers* (dispositivos acústicos de dissuasão) nas redes de arrasto pelágico e demersais aos pares a partir de 2020 anualmente;

8. o projeto LICADO desde 2019, que brevemente se irá dedicar ao desenvolvimento de *pingers* e refletores acústicos para tornar as redes mais visíveis, assim como o projeto Dolphinfree, que estuda as balizas acústicas e os *pingers* energeticamente autónomos;
9. o projeto PIFIL, na sequência do projeto Licado, que estuda a utilização de *pingers* posicionados no casco dos navios de pesca com rede;
10. o projeto Cetambicion, partilhado entre Espanha, Portugal e França, que visa propor uma recomendação conjunta baseada no recenseamento das diferentes técnicas.

Hélène Renault respondeu aos membros, lembrando que estão previstos numerosos testes no âmbito do projeto Cetambicion, sendo que são necessários vários anos para o desenvolvimento de câmaras, uma vez que não é algo simples. O projeto DELMOGES estuda também outros fatores de mortalidade além da pesca (nomeadamente químicos).

Hector Villa (Administração espanhola) comentou que Espanha também envida os esforços necessários para fornecer informações e desenvolver os conhecimentos sobre a espécie e as respetivas interações com a pesca. Estão igualmente em curso medidas para desenvolver a utilização de *pingers*, no entanto, devem continuar a realizar-se estudos. Agradeceu a participação dos profissionais nos projetos, nomeadamente pela utilização de câmaras. Raul Garcia acrescentou que Espanha adotou um plano de ação para capturas acidentais, o que é um ponto muito positivo.

João Pereira (Administração portuguesa) indicou que em Portugal o impacto da pesca nos cetáceos é reduzido devido à geografia da zona, no entanto, determinadas artes têm um maior impacto do que outras, sendo necessário adotar soluções caso a caso. O ministério português propôs um plano de trabalho para reduzir as capturas acidentais (nomeadamente de cetáceos) pela introdução de boas práticas. É importante resolver este problema, mesmo que a situação em Portugal não seja desesperante.

Jérôme Jourdain (UAPF) sublinhou o envolvimento dos profissionais relativamente ao tema, tendo em conta o número de projetos em curso. Devem ser desenvolvidos meios financeiros e humanos para melhor compreender e interpretar os resultados, nomeadamente sobre a dinâmica da população de golfinhos, sendo que tal não se pode fazer unicamente "segundo o que dizem os peritos". Serge Larzabal (CNPMM) e Jose Beltran (OPP Burela) também referiram o elevado envolvimento dos profissionais e a necessidade de tempo para obter resultados.

Ursula Krampe (DG MARE) agradeceu a Hélène Renault a apresentação e o trabalho efetuado por França nos últimos anos. Especificou que a recomendação conjunta foi rejeitada por ter sido considerada insuficiente pelo CSTEP. A Comissão Europeia reconhece o trabalho, mas considera que pode fazer-se mais, ou seja, devem ser testados outros *pingers*, é necessário encontrar uma solução para os navios de pesca com rede e aumentar o número de barcos com câmaras. Além disso, a Comissão gostaria de reforçar o diálogo com Espanha e Portugal. Ursula Krampe acrescentou que o parecer do CIEM publicado em 2020 será atualizado no final do ano com números mais atuais.

Em resposta aos membros, Ursula Krampe comentou que as interações entre a pesca e os golfinhos comuns são confirmadas pela PELAGIS e que foram propostos limiares de mortalidade pelo CIEM.

3. Estudo da PCP

Chloé Pocheau (Secretariado do CC Sul) lembrou as etapas de redação deste projeto de parecer e o objetivo de o validar no próximo Comité Executivo do mês de maio, com vista a participar plenamente nas reflexões em curso na PCP ao nível europeu.

Ana Matias (SCIAENA) solicitou uma eliminação no parágrafo 2 "Obrigação de desembarque", validada pelo conjunto dos membros.

Jean-Marie Robert (Les Pêcheurs de Bretagne) solicitou a adição de um parágrafo sobre as interações entre Conselhos Consultivos e instituições europeias. Pretende que a possibilidade de interação com os Estados-Membros seja reforçada, assim como com o Parlamento Europeu.

Javier Lopez (OCEANA) agradeceu o trabalho realizado, sendo que considera que o documento será muito útil para debater o futuro da PCP com a Comissão. No entanto, pretende transmitir por escrito ao secretariado alguns comentários de menor relevo. Relativamente aos comentários de Jean-Marie Robert, Javier Lopez indicou ser a favor da partilha do trabalho dos Conselhos Consultivos no Parlamento. Juan-Manuel Trujillo (ETF) indicou que também era a favor.

Para Humberto Jorge (ANOPCERCO), é necessário complementar a especialização do CIEM com a de outros institutos científicos para completar os pareceres.

Ursula Krampe (DG MARE) indicou aos membros que seria importante serem mais precisos no parágrafo sobre os planos plurianuais, uma vez que o parecer dos conselhos consultivos é muito importante, sendo necessários elementos concretos e citar os artigos.

4. Plano de gestão plurianual e variações dos TAC

Chloé Pocheau (Secretariado do CC Sul) lembrou que o CC Sul publicou um parecer em novembro de 2021 relativo às variações interanuais dos TAC no âmbito do plano de gestão das águas ocidentais. A Comissão Europeia apresentou uma resposta em janeiro de 2022, que os membros são agora convidados a comentar e decidir quanto ao seguimento a dar ao assunto.

Jean-Marie Robert (Les Pêcheurs de Bretagne) destacou que as propostas da Comissão e dos profissionais nem sempre são claras. Verifica-se que nas instâncias de negociação fora da UE,

estão em curso trabalhos para implementar regras de exploração (CICTA, Acordos do Norte, etc.). Assim, tais medidas seriam adequadas para populações como o Linguado do Golfo da Biscaia em vez de medidas coercivas drásticas. É importante ter em conta os pareceres do CIEM, mas considerar uma regra assente em outros pontos de referência para estabelecer TAC para mais do que um ano. São necessárias novas modelizações, mas tudo pode ser considerado, mediante avaliação dos cientistas, mas é necessário que a Comissão esteja pronta a abrir o debate.

Ursula Krampe (DGMARE) lembrou que o CIEM era o ponto de referência da CE. Além disso, colocou aos membros a questão dos intervalos de mortalidade que concederam flexibilidade, porque é que os membros não consideram estas medidas como sendo boas? A Comissão está pronta a ouvir os Conselhos Consultivos.

Jean-Marie Robert (Pêcheurs de Bretagne) especificou que não pretende descartar o CIEM, mas sim refletir de forma diferente, rever os métodos e a filosofia de gestão. Uma visão a longo prazo permitiria demarcar os impactos e poder dar respostas aos profissionais.

Tendo em conta o carácter muito técnico do tema, o secretariado proporá aos membros que o pretendam, reunir-se no seio do grupo Ad-Hoc dedicado ao tema, que poderá apresentar propostas precisas com base no parecer 153 publicado em novembro de 2021.

5. Questões diversas – Águas profundas

Este tema foi adicionado à ordem de trabalhos a pedido de Aurelio Bilbao (OPESCAYA), que introduziu o tema: foram publicadas propostas de paragem de zonas de pesca pelo CIEM devido à possível presença de ecossistemas vulneráveis. Aurelio Bilbao solicitou à Comissão tempo para estudar as propostas, uma vez que algumas poderiam ser catastróficas para o setor, importa realizar estudos aprofundados. Jean-Marie Robert (Les Pêcheurs de Bretagne) apoiou a proposta e os receios expressos. Qual é o calendário da Comissão?

Ursula Krampe (DG MARE) especificou os pontos que se seguem.

- Em virtude do regulamento (UE) 2016/2336 sobre o acesso a águas profundas, o arrasto de fundo é proibido nas águas da UE abaixo dos 800 metros desde 2017. Mas a implementação completa do regulamento está em suspenso: a marca da pesca nas águas profundas deve ser estabelecida, assim como as paragens para proteger os EMV (Ecossistemas Marinhos Vulneráveis) de todas as artes de pesca de fundo abaixo dos 400 metros.
- Neste processo, o fator limitador foi a disponibilidade dos dados para os cientistas, nomeadamente sobre os EMV. Os Estados-Membros demoraram muito tempo a enviar dados precisos e acionáveis ao CIEM, sendo que o CIEM também se deparou com dificuldades para recolher dados sobre os EMV em profundidade, o que torna a pesquisa científica muito mais difícil. Apesar de ser aguardado em 2018, o parecer final do CIEM foi publicado em janeiro de 2021 e o parecer que especifica as coordenadas pertinentes para as águas da UE apenas em fevereiro de 2022.

- O regulamento de aplicação da Comissão que designa a marca da pesca e as zonas EMV deveria ser submetido ao Comité de pesca e aquacultura para adoção antes do verão. Cada EM é representado neste Comité e dispõe de direito de voto (voto por maioria qualificada). Neste âmbito, a Comissão irá propor a inclusão de zonas que apresentem um índice de presença de EMV elevado, médio e baixo, garantindo uma perturbação limitada das atividades de pesca, o que corresponde ao cenário 2 opção 1, tal como indicado pelo CIEM como sendo o mais protetor para os EMV, levando ao fecho de cerca de 57 zonas.

De seguida, realizou-se um debate sobre o processo de consulta dos Conselhos Consultivos sobre o tema, tendo em conta a falta de elementos precisos sobre os períodos de consulta ou não, a questão será estudada posteriormente pelo secretariado para determinar se ocorreu consulta e se o CC Sul deve/pode posicionar-se em breve.

BALANÇO

- **O parecer relativo à enguia será reformulado para validação antes do dia 10 de maio.**
- **O parecer sobre a PCP será também reformulado atendendo ao Comité Executivo de 19 de maio.**
- **Os membros serão convidados a manifestar interesse em participar num GT Ad-hoc sobre o plano de gestão e as variações dos TAC.**
- **O CC Sul continuará a acompanhar os desenvolvimentos científicos relativos às capturas acidentais de cetáceos.**
- **O secretariado irá interagir com a Comissão Europeia para responder às questões relativas às águas profundas e ao eventual fecho de zonas.**